

Cerimónia de comemoração dos 25 anos da Escola Superior Agrária de Beja
Auditório IPBeja, 18 Junho 2010
Discurso de Maria da Graça Carvalho

Senhor Engenheiro Fernando Mano, em representação do Sr. Ministro da Agricultura
Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Beja,
Senhora Presidente da Escola Superior Agrária,
Senhor Presidente da Associações de Estudantes,
Autoridades Cíveis e Militares
Senhores Professores, Alunos e Funcionários
Minhas Senhoras e meus senhores
Caros Amigos,

É sempre com renovado prazer que volto a Beja, a minha terra natal, e, em particular, ao Instituto Politécnico de Beja, no dia em que se comemoram os 25 anos da Escola Superior Agrária.

Gostaria de referir outros momentos nos quais tive muita honra em participar enquanto Ministra. Durante um ano de governação efectiva visitei o Instituto Politécnico de Beja 3 vezes. Foram eles exactamente por ocasião da inauguração da Escola Superior Agrária de Beja a 4 de Novembro de 2003, aquando da assinatura do Contrato Programa que celebrei com o Politécnico de Beja em 4 de Junho de 2004 e por fim, na sessão solene de abertura do ano lectivo do IP de Beja em 5 de Novembro de 2004.

É com profunda emoção que me apercebo da evolução que o Instituto Politécnico de Beja sofreu nos últimos anos com a consciência do impacto na região.

Com a democratização do ensino superior, as Universidades e Politécnicos chegaram ao interior e têm contribuído de uma forma ímpar para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas e têm sido decisivas para a diminuição das assimetrias entre litoral e interior.

As comemorações dos 25 anos da Escola Superior Agrária de Beja são mais um sinal da plena integração do Ensino Politécnico ao serviço da Comunidade adaptado às necessidades locais de desenvolvimento.

Gostaria de referir algumas das acções que me orgulho de ter realizado e que foram, perdoem-me a imodéstia, importantes para o desenvolvimento deste instituto:

- Criação de novos cursos no ano lectivo Ano Lectivo de 2004/05: Artes Plásticas e Multimédia, Educação e Comunicação Multimédia, Educação Social e Protecção Civil;
- Conclusão e inauguração do Edifício de Ampliação da Escola Superior de Educação;

- Assinatura do Contrato de Desenvolvimento também em 2004, no valor de mais de 12 Milhões de Euros;
- Concretização/Autorização de construir o Edifício da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja;
- Concretização/Autorização da realização de investimentos no âmbito do E.S.A.B. que potenciam a sua intervenção no domínio do desenvolvimento agrícola e rural desta região;
- Concretização, no âmbito da Acção Social Escolar para 2005, do projecto da 2ª Residência Mista de Estudantes com capacidade para 133 camas, no valor de cerca de 2 Milhões de Euros;
- Criação da Escola de Saúde.

Todas estas iniciativas foram o resultado de uma convicção plena da importância de consolidar a oferta formativa do Instituto Politécnico de Beja e o seu papel estratégico no desenvolvimento da região.

É fundamental criar as condições que potenciem o desenvolvimento de objectivos estratégicos regionais, no âmbito do Ensino, da Investigação, da Inovação e de apoio ao tecido empresarial.

Região de conhecimento: Energia, Ambiente, Desenvolvimento Local

Biomassa, Biocombustíveis, Agricultura como política de futuro

Segurança Alimentar, Biotecnologia, Biociências, Desenvolvimento Rural, Parcerias Estruturadas, cursos em conjunto com outros EM e países terceiros.

Ao longo de toda a minha carreira profissional, orgulho-me de ter uma forte ligação às áreas de Ensino Superior, Formação, Ciência e Inovação.

Em particular, como Professora e Investigadora, como Directora-Geral e Ministra, durante a minha ligação à Comissão Europeia, como Conselheira Principal do Presidente da Comissão Europeia Dr. Durão Barroso e actualmente, como Deputada do Parlamento Europeu.

Enquanto Deputada do Parlamento Europeu sou membro efectivo da Comissão ITRE, membro suplente da Comissão BUDGET e da Comissão para o Conhecimento e Políticas Futuras, Membro efectivo da Delegação ACP e tenho sob a minha responsabilidade a ligação às regiões do Alentejo e Algarve. Defendo ainda como principais causas a ciência e educação, energia e alterações climáticas, jovens, regiões desfavorecidas e países em desenvolvimento.

Refiro ainda várias iniciativas junto do Parlamento Europeu com impacto em Portugal como a proposta de criação do Programa Erasmus 1º Emprego, as propostas de reforço das áreas da Juventude, Educação e Ciência no OE 2011, o Relatório para a

Simplificação dos fundos de apoio à investigação e à ciência, e o Efeito de Difusão dos Fundos Estruturais.

Por isso mesmo gostaria de partilhar convosco algumas ideias e os desenvolvimentos recentes das Políticas Europeias nestas áreas.

A modernização das instituições de Ensino Superior europeias, é hoje uma condição indispensável para o êxito da Estratégia EU2020 e um elemento fundamental para a compreensão de uma economia cada vez mais global e baseada no conhecimento. As instituições do Ensino Superior são as fundações em que assenta a competitividade europeia.

Com 4000 instituições, mais de 17 milhões de estudantes e cerca de 1,5 – um milhão e meio - de pessoal docente – dos quais 435 000 são investigadores – **as Instituições de Ensino Superior europeias têm um potencial enorme**, que não está a ser plenamente aproveitado, nem a ser dirigido eficazmente no sentido de conseguir um maior crescimento económico, mais e melhor emprego em toda a União Europeia.

A par de problemas estruturais e culturais, um enorme défice de financiamento tem afectado, nos últimos anos, as instituições do Ensino Superior, tanto na parte educativa como na investigação. A diferença média de recursos, é de cerca de 10 000 euros por estudante / ano, em comparação com as instituições homólogas dos EUA.

Os Estados-Membros deverão pois, criar as condições necessárias, para permitir às instituições do Ensino Superior melhorar o seu desempenho, modernizarem-se e tornarem-se mais competitivas. A Comissão Europeia numa recente Comunicação sugere as mudanças que poderão ser a chave do sucesso:

Em primeiro lugar é urgente eliminar as barreiras que envolvem as instituições do Ensino Superior na Europa. **A mobilidade geográfica e intersectorial precisa de crescer substancialmente.**

O número de diplomados que passam pelo menos um período ou semestre no estrangeiro ou em experiência na indústria deveria, no mínimo, crescer para o dobro.

Todas as formas de mobilidade deverão ser explicitamente apoiadas e valorizadas como um factor que enriquece os estudos, mas também como factor de progressão na carreira dos investigadores e do pessoal docente.

As bolsas nacionais deverão ser válidas em toda a UE. A transferência total das bolsas conjuntamente com a remoção de todos os obstáculos à mobilidade profissional, internacional ou intersectorial é necessária para fomentar a mobilidade do pessoal docente e dos investigadores.

O trabalho efectuado no âmbito do processo de Bolonha está a determinar uma convergência na estrutura e na duração dos programas de ensino superior; contudo, só por si, esta evolução não criará as condições para uma maior mobilidade intra universitária. As autoridades nacionais competentes deverão comprometer-se com

esta grande Reforma e não procederem a um mero cumprimento superficial das normas.

Em segundo lugar é importante, assegurar uma verdadeira **autonomia e responsabilização das instituições de Ensino Superior.**

As Instituições não se tornarão inovadoras, nem terão capacidade para reagir à mudança se não lhes forem conferidas uma real autonomia e responsabilidade na execução dos objectivos propostos.

Ainda que a missão pública de transmissão do conhecimento e o mandato social e cultural global das Instituições do Ensino Superior, devam ser preservados, estas tem de se assumir cada vez mais como verdadeiros actores no quadro de uma economia global, aptas a responder melhor e mais rapidamente às exigências do mercado e desenvolver parcerias capazes de transferir para a sociedade o conhecimento científico e tecnológico. Tal implica **o reconhecimento de que a sua relação com a comunidade empresarial é de uma importância estratégica** e faz parte do seu compromisso de servir o interesse público.

Parcerias estruturadas com a comunidade empresarial proporcionam às instituições do Ensino Superior oportunidades para melhorarem a partilha de resultados de investigação, de direitos de propriedade intelectual, de patentes e licenças.

Podem igualmente aumentar a relevância dos seus programas de educação e formação através da colocação de estudantes e investigadores em empresas, e melhorar as perspectivas de carreira dos investigadores em todas as fases da mesma, somando competências empresariais à especialização científica.

No intuito de superar os desfasamentos persistentes entre a formação e qualificações dos diplomados do ensino superior e, as necessidades do mercado de trabalho, **os programas de ensino deveriam ser estruturados de forma a potenciar a empregabilidade dos diplomados e simultaneamente oferecer um apoio amplo a todo o tecido produtivo.** Para isso, deverão ser integrados, nos currículos, estágios em empresas, e por via disso serem conferidos créditos. Isto aplica-se a todos os níveis de ensino, ou seja, programas de licenciatura, mestrado e doutoramento.

Implica igualmente a proposta de cursos para formação ao longo da vida, não conferentes de grau, por exemplo, cursos de reciclagem e cursos de transição para estudantes que não vêm dos percursos convencionais.

Há um enorme potencial nesta área, e aqui pode residir parte da sobrevivência financeira das instituições. Há um público lá fora que por razões múltiplas pode ser conquistado. Há um mercado de trabalho em permanente mutação que necessita de gente cada vez mais qualificada e com competências diversificadas.

As instituições de Ensino Superior devem procurar agarrar de um modo mais directo os desafios e oportunidades oferecidos pela **agenda da educação ao longo da vida.**

A formação ao longo da vida representa uma oportunidade para as instituições que, já hoje sentem a diminuição do número de estudantes vindos directamente das escolas, por força da regressão demográfica verificada no nosso País.

A inserção com sucesso no mercado de trabalho deverá ser utilizada como um indicador (entre outros) da qualidade do desempenho das instituições de Ensino Superior, e reconhecida e recompensada no quadro dos sistemas de regulação, de financiamento e de avaliação.

Num tempo de constrangimentos orçamentais é necessário orientar o financiamento segundo padrões de qualidade e eficácia do ensino e investigação. Os cortes cegos sem critério em nome de um equilíbrio financeiro podem ter custos a curto e médio prazo, com consequências imprevisíveis para a saúde das Instituições.

A Comissão propõe que a União Europeia deverá assumir o objectivo de, dentro de uma década, afectar pelo menos 2% do PIB (compreendendo tanto financiamentos públicos como privados) ao sector do ensino superior. Em muitos Estados-Membros, os actuais regimes de apoio a estudantes tendem a ser insuficientes para assegurar a igualdade de oportunidades de acesso e de êxito aos estudantes que provêm de um meio social mais desfavorecido.

Ninguém poderá ficar excluído do sistema por razões de ordem económica.

Cada país deverá, encontrar o justo equilíbrio entre financiamento de base, financiamento competitivo e financiamento baseado nos resultados para o Ensino Superior e a investigação científica.

O financiamento competitivo deverá ser baseado em sistemas de avaliação institucionais e em indicadores de desempenho diversificados, com objectivos claramente definidos e em indicadores sustentados por uma avaliação internacional

As instituições de Ensino Superior deverão reforçar a interdisciplinariedade e a transdisciplinariedade e activar os conhecimentos mediante a interacção com a sociedade. **A incessante globalização implica que o espaço europeu do ensino superior e o espaço europeu da investigação têm de estar totalmente abertos ao mundo e tornar-se intervenientes competitivos à escala mundial.**

Para alcançar essa meta, é condição indispensável que a Europa faça um esforço no sentido de promover a qualidade das suas Instituições e aumentar a sua **atractividade e visibilidade a nível mundial.**

Um ponto fundamental consiste em simplificar e acelerar os processos jurídicos e os procedimentos administrativos para a entrada dos estudantes e investigadores não pertencentes à UE.

Construir uma imagem atractiva das instituições de Ensino Superior europeias no mundo, exige simultaneamente um esforço no sentido de tornar mais fácil o reconhecimento dos diplomas europeus fora da Europa.

Porém, em primeiro lugar, há que alcançar o pleno reconhecimento dentro da UE.

São ainda necessários mais esforços no que respeita ao reconhecimento académico. A existência de mais cursos "europeus", oferecidos conjuntamente por consórcios de instituições de Ensino Superior e que conferem diplomas conjuntos ou duplos a nível de mestrado ou de doutoramento, também contribuirá para tornar a Europa mais atractiva para estudantes, docentes e investigadores do resto do mundo.

A Comissão não é um interveniente directo na modernização das instituições de Ensino Superior, mas pode desempenhar um papel catalisador, imprimindo um ímpeto político e concedendo financiamento para apoiar a reforma e a modernização.

Poderá conceder financiamento, com impacto significativo na qualidade e no desempenho das instituições de Ensino Superior. Esse financiamento pode assumir a forma de incentivos para ajudar as instituições a cumprir os seus objectivos. Entre esses mecanismos contam-se não só os programas para 2007-2013 (ao o **7.º programa-quadro para a investigação e o desenvolvimento, o programa de formação longo da vida, o programa de competitividade e inovação**), mas também os fundos estruturais e os empréstimos do BEI.

Os fundos estruturais podem conceder financiamento para a melhoria dos recursos e instalações das instituições de Ensino Superior, para a promoção de parcerias entre os sectores académico e empresarial e o apoio à investigação e inovação contribuindo para o desenvolvimento económico dos Estados-Membros e das regiões.

Os Estados-Membros, as autoridades regionais e as instituições de Ensino Superior deveriam aproveitar ao máximo esta oportunidade de sinergia entre o ensino, a investigação e a inovação.

A Comissão propôs a criação do Instituto Europeu de Tecnologia (IET) com o objectivo de aumentar a capacidade da Europa no campo do ensino científico, da investigação e da inovação, apresentando ao mesmo tempo um modelo inovador que inspire e promova a mudança nas universidades, incentivando a multidisciplinariedade e desenvolvendo parcerias fortes com empresas.

As Instituições de Ensino Superior são agentes-chave para o futuro da Europa e para a transição bem sucedida para uma economia e sociedade baseadas no conhecimento.

No entanto, este sector crucial da economia e da sociedade carece de profunda reestruturação e modernização, condição indispensável para que a Europa não perca na concorrência global que impera no ensino, na investigação e na inovação.

Levar a cabo esta reestruturação e modernização requer uma acção coordenada de todas as partes implicadas: os Estados-Membros, as Instituições de Ensino Superior e a Comissão Europeia.

Muitas das instituições de Ensino Superior, já iniciaram este processo de modernização. O Instituto Politécnico de Leiria é disso um bom exemplo, através da

relação estreita que tem com a comunidade empresarial e a Sociedade em geral contribuindo de uma forma decisiva para o desenvolvimento da cidade e da região.

A gestão Profissional e moderna das suas Escolas, a promoção da mobilidade, a empregabilidade dos seus alunos, a prioridade à formação ao longo da vida, os percursos diferenciados de formação, a internacionalização com especial ênfase no espaço Lusófono, o apoio dado aos seus alunos através de boas condições de estudo e de bem estar, com bibliotecas ,cantinas e residências promovendo assim a igualdade de oportunidades, faz do Instituto Politécnico de Leiria uma escola de sucesso que merece ser apoiada e estimulada em todas as suas vertentes.

Estão de parabéns todos os dirigentes, docentes, alunos e funcionários deste Instituto e os habitantes desta cidade e região que usufruem deste projecto, que é de todos, e que tem contribuído de uma forma decisiva para o desenvolvimento da região e de Portugal.

É com projectos de Ensino desta qualidade que se constrói o Portugal do futuro mais desenvolvido, mais coeso , mais justo e mais solidário.

Muito obrigada

Espero que este ano lectivo que hoje se inicia seja um renovar de esperança para esta instituição que tem sabido adaptar-se às circunstância e tem vencido a adversidade deste Alentejo tantas vezes esquecido, mas que nunca desiste...

Espero que o Instituto Politécnico de Beja se continue a assumir como uma das alavancas do desenvolvimento e se constitua como um parceiro privilegiado na procura de soluções para o desenvolvimento integrado do Alentejo.

Por um Portugal mais rico, mais justo e mais solidário.

Muito Obrigada